

STJ00101966

SIDNEY GUERRA

CURSO DE
DIREITO
INTERNACIONAL
PÚBLICO

9ª edição
2015

100 ANOS
 **Saraiva**



Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
CEP 05413-909

PABX: (11) 3613 3000

SAC: 0800 011 7875

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção editorial Luiz Roberto Curia

Gerência editorial Thais de Camargo Rodrigues

Assistência editorial Daniel Pavani Naveira

Coordenação geral Claissa Boraschi Maria

Preparação de originais Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan e

Ana Cristina Garcia (coords.)

Maria de Lourdes Appas

Arte e diagramação Claudirene de Moura Santos Silva

Revisão de provas Amélia Kassis Ward e

Ana Beatriz Fraga Moreira (coords.)

Andréa Ferraz Saba

Serviços editoriais Elaine Cristina da Silva

Kelli Priscila Pinto

Marília Carneiro

Capa Leon Denis Matheus

Produção gráfica Mari Rampim

Impressão Assahi Gráfica

Acabamento Assahi Gráfica

ISBN 978-85-02-62583-9

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Guerra, Sidney
Curso de direito internacional público / Sidney Guerra.
— 9. ed. — São Paulo : Saraiva, 2015.

Bibliografia.

1. Direito internacional público I. Título.

15-00653

CDU-341

Índice por catálogo sistemático:

1. Direito internacional público

341

Data de fechamento da edição: 11-3-2015

Dúvidas?

Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

134.436.009.001

968437

Sumário

<i>Sobre o autor</i>	9
<i>Obras do autor</i>	11
<i>Prefácio</i>	31
<i>Nota à 9ª edição</i>	33
<i>Nota à 8ª edição</i>	35
<i>Nota à 7ª edição</i>	37
<i>Nota à 1ª edição</i>	39

PARTE I

PARTE GERAL DO DIREITO INTERNACIONAL

CAPÍTULO I

A SOCIEDADE INTERNACIONAL

1. Considerações gerais	43
2. Antecedentes e conceito de sociedade internacional	47
3. Características	51
3.1. Universal	51
3.2. Aberta	52
3.3. Descentralizada	53
3.4. Paritária	53
4. Os atores na Ordem Jurídica Internacional	54
4.1. O Estado	56
4.2. As organizações internacionais	56
4.3. A pessoa humana	57
4.4. As empresas transnacionais	57
4.5. A Santa Sé	59
4.6. Os beligerantes e insurgentes	60
4.7. A Cruz Vermelha	61
4.8. A Ordem de Malta	63
4.9. As organizações não governamentais	63

CAPÍTULO II
NOÇÕES PRELIMINARES

1. Gênese da norma jurídica	67
2. O Direito Internacional Público – conceito	71
3. A Norma Internacional	75
4. Fundamento do Direito Internacional.....	77
5. Relações entre o Direito Interno e o Direito Internacional.....	81
5.1. Dualismo.....	82
5.2. Monismo.....	84
5.2.1. Monismo com primazia do Direito Interno	84
5.2.2. Monismo com primazia do Direito Internacional	85

CAPÍTULO III
FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

1. Considerações gerais	87
2. A Previsão das fontes do DIP	88
3. Tratados	89
3.1. Considerações gerais	89
3.2. Conceito e características	90
a) Acordo internacional entre Estados	90
b) Celebrado por escrito	90
c) Regido pelo Direito Internacional	91
d) Qualquer que seja sua denominação	91
e) Conste de um instrumento único ou em dois ou mais instrumentos conexos	92
3.3. Condições de validade para os tratados internacionais	92
a) Capacidade das partes	93
b) Habilitação dos agentes signatários.....	93
c) Objeto lícito e possível	94
d) Consentimento mútuo	95
3.4. Classificação	96
3.4.1. Classificação subjetiva.....	96
3.4.2. Classificação material	97
3.4.3. Classificação formal	98
3.5. Fundamento e efeitos	98
3.6. Forma	98
3.6.1 Fases da elaboração dos tratados.....	99
a) Negociação	99

b) Redação do texto.....	100
c) Assinatura do texto.....	102
d) Ratificação.....	103
e) Promulgação.....	105
f) Publicação.....	106
g) Registro	106
3.7. Aplicação dos tratados com normas contraditórias	106
3.8. Fim dos tratados	107
4. O costume internacional	110
5. Princípios gerais do Direito	114
5.1. Noções gerais	114
5.2. Os princípios no Direito Internacional Público.....	117
6. Doutrina, jurisprudência e equidade (elementos auxiliares).....	120
7. Ato unilateral.....	122
8. As resoluções das organizações internacionais	124

PARTE II

O ESTADO COMO SUJEITO DE DIREITO INTERNACIONAL

CAPÍTULO IV

O ESTADO NA ORDEM JURÍDICA INTERNACIONAL

1. Conceito.....	131
2. Elementos constitutivos do Estado	133
3. Classificação dos Estados.....	137
3.1. Estados simples.....	138
3.2. Estados compostos.....	139
3.2.1. Estados compostos por coordenação	139
a) Federação de Estados	139
b) Confederação de Estados.....	141
c) União de Estados.....	141
3.2.2. Estados compostos por subordinação.....	142
a) Estado vassalo	142
b) Protetorado	142
c) Estados exíguos	143
d) Estados clientes.....	143
e) Estados satélites.....	143
f) A <i>Commonwealth</i>	144

4. Nascimento do Estado.....	144
5. Reconhecimento de Estado e Governo.....	145
6. Sucessão e extinção de Estados.....	150
a) Bens do Estado	153
b) Legislação e tratados.....	154
c) Nacionalidade	156
7. Direitos dos Estados	156
7.1. Direito à igualdade	159
7.2. Direito ao respeito mútuo.....	160
7.3. Direito à conservação e proteção	160
7.4. Direito ao comércio internacional.....	161
8. Deveres dos Estados	162
8.1. A não indiferença	164
8.2. A não intervenção	167
8.2.1. As doutrinas Monroe e Drago.....	170
9. Restrições aos Direitos dos Estados.....	171
9.1. Imunidade de jurisdição.....	171
9.2. Servidão	172
9.3. Arrendamento do Território	173
9.4. Neutralidade permanente	174
9.5. Neutralidade de Território	174
10. Responsabilidade dos Estados	175
10.1. Noções gerais	175
10.2. Responsabilidade subjetiva e objetiva.....	177
10.3. Atos do Executivo, Legislativo e Judiciário	178
a) Atos do Executivo.....	179
b) Atos do Legislativo	180
c) Atos do Judiciário	180

CAPÍTULO V

AGENTES DIPLOMÁTICOS E AGENTES CONSULARES

1. Noções gerais	183
2. Os agentes diplomáticos.....	187
a) A inviolabilidade diplomática	190
b) Imunidade de jurisdição.....	191
c) Isenção de impostos	192
3. Os agentes consulares.....	193

CAPÍTULO VI

ESPAÇOS SOB A SOBERANIA DOS ESTADOS E ESPAÇOS INTERNACIONAIS COMUNS

1. Considerações gerais	199
2. Domínio terrestre	200
3. Domínio fluvial e lacustre.....	202
4. Domínio aéreo.....	205
4.1. A Regulamentação do Espaço Aéreo no Direito Internacional.....	205
5. Domínio marítimo.....	210
5.1. Mar territorial.....	212
5.2. Zona contígua	216
5.3. Zona econômica exclusiva.....	217
5.4. Plataforma continental	218
5.5. Fundo marinho	220
5.6. Alto-mar.....	222
6. Regiões polares.....	226
6.1. A Antártica	227
6.2. O Ártico	230
7. O desafio brasileiro: a Amazônia Azul	232

PARTE III

AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

CAPÍTULO VII

TEORIA GERAL DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

1. Antecedentes.....	239
2. Conceito e características.....	249
2.1. Associação voluntária de sujeitos do Direito Internacional	251
2.2. Ato institutivo internacional.....	252
2.3. Personalidade internacional.....	254
2.4. Ordenamento jurídico e órgãos próprios	255
3. Os atos praticados pelas organizações internacionais.....	255
3.1. A possibilidade de celebrar tratados	256
3.2. Imunidades e privilégios	257
3.3. O direito de legação	260
3.4. Possibilidade de demandar reclamações internacionais	260
4. Classificação.....	262
4.1. Quanto às finalidades.....	263

4.2. Quanto à extensão.....	263
4.3. Quanto à duração.....	265
4.4. Quanto à admissão.....	265
5. Direitos e financiamento.....	266
6. Sucessão das organizações internacionais	269

CAPÍTULO VIII

A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

1. Antecedentes: a Liga das Nações.....	271
2. A criação da Organização das Nações Unidas e seus objetivos..	280
3. Os Membros.....	286
4. Os Órgãos da ONU	288
4.1. Assembleia Geral.....	289
4.2. Conselho de Segurança	291
4.3. Secretaria-Geral.....	294
4.4. Corte Internacional de Justiça	297
4.5. Conselho Econômico e Social.....	300

CAPÍTULO IX

ORGANISMOS ESPECIALIZADOS DA ONU

1. Considerações gerais	303
2. A Organização Internacional do Trabalho	305
3. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.....	309
4. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura	311
5. A Organização Mundial da Saúde	313
6. O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional	315
6.1. O Banco Mundial	315
6.1.1. O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento	317
6.2. O Fundo Monetário Internacional.....	317
7. Organização da Aviação Civil Internacional	319
8. A União Postal Universal e a União Internacional de Telecomunicações	320
8.1. A União Postal Universal (UPU).....	320
8.2. A União Internacional de Telecomunicações.....	321
9. Organização Meteorológica Mundial.....	324
10. Agência Internacional de Energia Atômica.....	326
11. Organização Mundial do Turismo.....	329
12. Organização Mundial do Comércio	332

CAPÍTULO X
INTEGRAÇÃO REGIONAL E MERCOSUL

1. As fases de integração regional.....	341
2. Breve notícia histórica do processo de integração regional na América Latina	345
3. O Mercosul.....	348
4. A cooperação judiciária do Mercosul	353
5. O Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa (Protocolo de Las Leñas – Mercosul/ CMC/Dec. n. 05/92).....	355

PARTE IV
O INDIVÍDUO NO DIREITO INTERNACIONAL

CAPÍTULO XI
NACIONALIDADE

1. Noções gerais	365
2. Critérios atributivos da nacionalidade	368
a) <i>Jus Soli</i> (direito do solo)	368
b) <i>Jus Sanguinis</i> (direito do sangue).....	369
c) Sistema Misto	370
3. Formas de aquisição da nacionalidade.....	370
4. Perda da nacionalidade.....	372
5. Polipátrida e apátrida	374
6. Efeitos da naturalização	376

CAPÍTULO XII
SITUAÇÃO JURÍDICA DO ESTRANGEIRO

1. Admissão de estrangeiros.....	379
2. Expulsão de estrangeiros	381
3. Extradicação	385

CAPÍTULO XIII
O DIREITO DE ASILO

1. Noções gerais	399
2. Natureza jurídica do asilo.....	400
3. O asilo territorial	402

4. O asilo político	404
5. O direito de asilo: considerações finais	408

PARTE V
CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS

CAPÍTULO XIV
MODOS DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS NO DIP

1. Considerações gerais	415
2. Meios diplomáticos	417
2.1. Negociação	417
2.2. Congressos e conferências	418
2.3. Bons ofícios	419
2.4. Mediação	419
2.5. Conciliação	421
3. Meios jurídicos	422
4. Meios políticos	426
5. Meios coercitivos	427
5.1. Retorsão	428
5.2. Represálias	428
5.3. Embargo	428
5.4. Boicote	428
5.5. Rompimento das relações diplomáticas	429

CAPÍTULO XV
A GUERRA NO DIREITO INTERNACIONAL

1. Considerações gerais	431
2. Conceito de Guerra Justa x Guerra Santa	433
3. Conceito de guerra defensiva x guerra ofensiva	437
4. A guerra no século XX: algumas impressões	439
5. Conceito de <i>jus contra bellum</i>	442
6. O uso da força e a legítima defesa	444
7. O sistema de segurança coletiva	447

CAPÍTULO XVI
O DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

1. Considerações gerais	449
2. Antecedentes históricos	450

3. Autonomia do Direito Internacional Humanitário	452
4. Guerra ou conflito armado?	454
5. A intervenção humanitária	457
6. Direito de Haia	462
7. Direito de Genebra	463
8. Direito de Nova Iorque	464

PARTE VI
TEMAS ATUAIS DO DIREITO INTERNACIONAL

CAPÍTULO XVII
GLOBALIZAÇÃO

1. Breve notícia histórica	469
2. Conceito	474
3. Efeitos provenientes da globalização	478
4. Forças poderosas que impulsionam a globalização	483
5. O impacto da globalização sobre os direitos sociais	486

CAPÍTULO XVIII
A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DA PESSOA HUMANA

1. Antecedentes históricos	489
2. A pessoa humana como sujeito de Direito Internacional	498
3. Os direitos humanos no plano universal	507
4. Os direitos humanos e o Tribunal Penal Internacional	519
5. A onda geracional dos direitos humanos	530

CAPÍTULO XIX
OS DIREITOS HUMANOS NO PLANO REGIONAL

1. Considerações gerais	539
2. O Sistema europeu	541
3. O Sistema americano	548
4. O Sistema africano	564

CAPÍTULO XX
A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE

1. Considerações gerais	569
2. Conceito de meio ambiente	570

3. Breves antecedentes na formação do Direito Internacional Ambiental.....	574
4. Alguns temas contemplados pelo Direito Internacional Ambiental	577
4.1. Atmosfera e clima.....	579
4.2. Rios transfronteiriços, lagos e bacias.....	580
4.3. Os mares e oceanos	581
4.4. A fauna e a flora	583
5. Alguns marcos importantes para o Direito Internacional Ambiental.....	585
5.1. A Conferência de Estocolmo, de 1972.....	585
5.2. A Conferência do Rio de Janeiro, de 1992	589
5.3. A Conferência de Joanesburgo, de 2002	595
5.4. A Conferência do Rio de Janeiro, de 2012	599
6. Comércio internacional e meio ambiente.....	600
7. O “refugiado” ambiental	607
8. O Tribunal Internacional do Meio Ambiente: uma grande necessidade.....	611

CAPÍTULO XXI

OS TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS NA ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA

1. Considerações gerais	617
2. As correntes doutrinárias sobre os tratados internacionais de direitos humanos...	619
2.1. Natureza supraconstitucional	619
2.2. Natureza constitucional.....	624
2.3. Natureza de lei ordinária	629
2.4. Natureza supralegal.....	634
3. A valorização dos direitos humanos no Brasil	637
4. Direitos formais e materialmente fundamentais e a abertura material dos direitos fundamentais na ordem constitucional brasileira.....	640
5. Dimensões procedimentais relativas à internalização no ordenamento jurídico brasileiro dos tratados internacionais sobre direitos humanos	649
6. Considerações finais	654
<i>Referências</i>	667